



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS



AUTORA: MAYRA BORGES LEMOS

**COAUTORAS: ALLANA KARINE AURELIANO DA SILVA,
JOSIELMA VIEIRA DOS SANTOS E PAULA XAVIER
SANTOS DE SANTANA**

ARACAJU/SE

2026

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. OBJETIVO	6
3. METODOLOGIA.....	7
4. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....	13
5. RECURSOS NECESSÁRIOS.....	14
REFERÊNCIAS.....	15

INTRODUÇÃO

A saúde da mulher no Brasil permaneceu, por muitos anos, centrada na assistência materna, especialmente na gestação e no parto, refletindo o papel social historicamente atribuído às mulheres como responsáveis pela reprodução e pelos cuidados com a família. Em 2004, esse modelo foi redefinido com a criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), que ampliou o enfoque da atenção à saúde feminina ao reconhecer as necessidades das mulheres em todas as fases do ciclo de vida. Entretanto, apesar dos avanços proporcionados pela PNAISM, muitas mulheres ainda adoecem e morrem por causas preveníveis e evitáveis, evidenciando que persistem importantes desafios para a efetivação dessa política. Esse cenário reforça a necessidade de planejar e desenvolver ações de saúde fundamentadas na compreensão dos fatores condicionantes e determinantes do processo saúde-doença das mulheres, com vistas à redução das iniquidades e à promoção de melhores condições de saúde e qualidade de vida¹.

A compreensão atual de saúde ultrapassa a ausência de doença, incorporando o bem-estar físico, mental e social, e reconhecendo a influência dos determinantes sociais, econômicos, culturais e educacionais no processo saúde-doença. Nesse contexto, a promoção da saúde envolve a atuação articulada entre indivíduos, instituições e o Estado².

No caso das mulheres, as desigualdades de gênero constituem importantes determinantes sociais do processo de adoecimento. As mulheres sofrem com a falta de oportunidade de emprego, baixos salários, desvalorização social das profissões exercidas majoritariamente por mulheres, além da sobrecarga de trabalho devido às responsabilidades das atividades domésticas³.

Embora cada vez mais inseridas no mercado de trabalho, muitas mulheres ainda enfrentam dificuldades para conciliar as atividades profissionais com as responsabilidades domésticas e familiares. A insuficiência de uma rede de apoio e a limitada oferta de creches e outros serviços de cuidado infantil fazem com que muitas precisem interromper suas atividades profissionais ou reduzir a jornada de trabalho para dedicar-se aos cuidados com os filhos e a

família. Por outro lado, aquelas que permanecem em regime de trabalho integral, em geral, continuam assumindo a maior parte das responsabilidades relacionadas ao cuidado do lar, dos filhos, do cônjuge e, muitas vezes, dos pais idosos, evidenciando a persistência da sobrecarga decorrente da desigual divisão das tarefas de cuidado^{4,5}.

A dupla jornada de trabalho, associada à pressão por um desempenho considerado exemplar tanto no ambiente profissional quanto no contexto familiar, reduz significativamente o tempo disponível para o autocuidado e para a atenção às próprias necessidades. Essa realidade favorece a sobrecarga física e emocional, comprometendo a saúde e o bem-estar das mulheres. A longo prazo, esse cenário pode contribuir para o desenvolvimento de diversas condições de saúde, como transtornos de ansiedade, depressão, estresse crônico, distúrbios do sono e outras doenças relacionadas ao desgaste físico e emocional^{5,6}.

Outro fator que contribui significativamente para o adoecimento das mulheres, especialmente relacionado à saúde mental, é a exposição a situações de assédio e outras formas de constrangimento em diferentes contextos sociais, inclusive no ambiente de trabalho. Dados de uma pesquisa realizada com mil mulheres revelam que 76% das entrevistadas relataram já ter sofrido violência e assédio moral e/ou sexual no ambiente de trabalho, evidenciando a magnitude desse problema e a necessidade de ações de prevenção, acolhimento e promoção de ambientes laborais mais seguros e respeitosos¹.

A gravidade da violência contra as mulheres também se evidencia pelo crescimento dos casos de feminicídio registrados no Brasil nos últimos anos. Esse fenômeno representa a forma mais extrema da violência de gênero e reflete desigualdades estruturais, relações de poder e padrões socioculturais que favorecem a discriminação e a violência contra as mulheres. Entre 2012 e 2022, foram registrados mais de 48 mil homicídios de mulheres no país, além de milhares de casos de violência física, psicológica, moral e sexual. Esse cenário reforça a necessidade de fortalecer políticas públicas voltadas à prevenção da violência, ao acolhimento das vítimas e à promoção de ambientes seguros, respeitosos e livres de discriminação⁷.

A relevância dessa temática também é reconhecida no âmbito da administração pública federal, por meio do Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação (PFPEAD), que estabelece diretrizes para a promoção de ambientes de trabalho seguros, saudáveis, respeitosos e inclusivos, com atenção especial às populações historicamente vulnerabilizadas, entre elas as mulheres⁸.

Além dos fatores sociais, as mulheres apresentam especificidades biológicas decorrentes das oscilações hormonais vivenciadas em diferentes fases da vida, como durante o ciclo menstrual, a gestação, a amamentação, a menopausa e o uso de contraceptivos hormonais. Essas alterações podem influenciar significativamente o bem-estar físico e mental, repercutindo em diversos aspectos da saúde⁵, inclusive na saúde bucal, aumentando a predisposição à inflamação e ao sangramento gengival⁹. Esse contexto reforça a importância de ações de promoção da saúde e prevenção de agravos que considerem as necessidades específicas de cada fase da vida da mulher.

Nesse contexto, e com o objetivo de traçar um diagnóstico da saúde das mulheres em idade fértil (15 a 49 anos) no estado de Sergipe, foi realizado um estudo retrospectivo sobre o perfil da mortalidade por causas naturais no período de 2000 a 2015. Durante esse intervalo, foram registrados 10.982 óbitos de mulheres, dos quais 8.945 (81,45%) decorreram de causas evitáveis, como tuberculose, pneumonias, septicemia, AIDS, câncer de mama e do colo do útero, doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e infecciosas. A maior parte dos óbitos ocorreu entre mulheres de 40 e 49 anos, pardas, solteiras e com baixa escolaridade. Os resultados evidenciaram que 81,45% dessas mortes poderiam ter sido evitadas por meio de investimentos e da implementação de ações que assegurassem o acesso à atenção integral à saúde da mulher¹⁰.

É válido destacar que embora as mulheres apresentem maior expectativa de vida do que os homens, elas tendem a adoecer com maior frequência ao longo da vida¹. Essa realidade também foi observada no âmbito do Instituto, a partir da análise dos dados do SIAPENET (SIASS/IFS), realizada pela equipe do SIASS/IFS. Em 2024, dos 246 servidores(as) afastados(as) por motivo de saúde, 149 eram mulheres, correspondendo a 60,57% do total. Em

2025, o cenário permaneceu semelhante: dos 258 servidores(as) afastados(as), 150 eram mulheres, representando 58,14% dos afastamentos.

Além da maior frequência de afastamentos, observa-se um impacto expressivo no número de dias de trabalho perdidos entre as servidoras. Em 2024, os afastamentos por motivo de saúde totalizaram 5.262 dias entre as mulheres. Em 2025, esse quantitativo foi de 4.732 dias. Esses dados evidenciam a relevância de ações institucionais voltadas à promoção da saúde e ao enfrentamento dos fatores que impactam o bem-estar das mulheres.

Diante desse cenário, evidencia-se que as desigualdades de gênero, a sobrecarga de trabalho, as especificidades biológicas e as diferentes formas de violência comprometem significativamente a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida das mulheres, reforçando a necessidade de ações institucionais permanentes voltadas à saúde, ao enfrentamento das desigualdades e à construção de ambientes de trabalho mais justos, seguros e inclusivos.

Nesse contexto, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), por meio da equipe do SIASS, propõe o Projeto Mulher 360°, fundamentado na perspectiva da atenção integral à saúde da mulher. O projeto desenvolverá ações de educação em saúde, acolhimento e espaços de diálogo voltados à saúde física e mental, prevenção de agravos, fortalecimento do autocuidado, divulgação dos direitos das mulheres, promoção da equidade de gênero e enfrentamento de todas as formas de violência.

OBJETIVO GERAL

Promover a saúde integral das mulheres servidoras do Instituto Federal de Sergipe (IFS), por meio de ações de educação em saúde, acolhimento e sensibilização, visando ao fortalecimento do autocuidado, à prevenção de agravos, à garantia de direitos e à construção de ambientes institucionais mais saudáveis, inclusivos e livres de violência e discriminação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover ações de educação em saúde voltadas à saúde física, mental e emocional das servidoras do IFS, considerando as diferentes fases do ciclo de vida.
- Realizar acolhimento e escuta qualificada das mulheres, fortalecendo o vínculo entre a instituição e as servidoras.
- Ampliar o conhecimento sobre saúde, autocuidado e prevenção de doenças, incentivando práticas de promoção da saúde.
- Estimular o autocuidado, a autoestima e o protagonismo feminino no cuidado com a própria saúde.
- Contribuir para a prevenção de agravos físicos e psicológicos e para a redução do adoecimento relacionado ao trabalho.
- Sensibilizar sobre desigualdades de gênero, preconceito e diferentes formas de violência contra as mulheres, incluindo assédio moral e sexual.
- Divulgar direitos das mulheres e fluxos institucionais de acolhimento, proteção e encaminhamentos.
- Promover ambientes de trabalho saudáveis, seguros, inclusivos e equitativos.
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida no trabalho, do desempenho funcional e para a redução do absenteísmo.

METODOLOGIA

O Projeto Mulher 360° será executado pela PROGEP por meio da equipe de profissionais de saúde que compõe o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) do Instituto Federal de Sergipe (IFS), que tem como eixo a promoção de saúde e a prevenção de doenças através de ações que proporcionem melhoria na qualidade de vida do servidor e nas condições de trabalho.

O Instituto Federal de Sergipe possui 1.159 servidores(as), dos quais 497 são mulheres, público-alvo prioritário desta iniciativa.

A primeira etapa do projeto consistirá no levantamento do perfil de saúde das servidoras, por meio da aplicação de questionário eletrônico enviado ao e-

mail institucional. O instrumento abordará aspectos relacionados à saúde geral, saúde mental, saúde bucal, hábitos de vida, organização familiar e relações no ambiente de trabalho. Os dados obtidos subsidiarão o planejamento das ações, garantindo maior adequação às necessidades identificadas.

As ações do projeto serão desenvolvidas de forma contínua, por meio de palestras, rodas de conversa, oficinas, campanhas educativas, grupos reflexivos e atividades de sensibilização, organizadas em eixos temáticos integrados, conforme descrito a seguir. Em razão da complexidade e da abrangência das ações propostas, sua execução demandará atuação intersetorial, envolvendo diferentes setores do Instituto, servidores(as), profissionais contratados, bem como instituições públicas parceiras e demais atores estratégicos, de modo a fortalecer a integração das ações e ampliar seu alcance e efetividade.

1. Saúde da Mulher e Ciclos de Vida

Esta vertente contempla ações voltadas à promoção da saúde integral da mulher ao longo do ciclo de vida, contemplando as diferentes fases da existência feminina, incluindo o período reprodutivo, a gestação e a menopausa.

Serão desenvolvidas palestras, oficinas, campanhas educativas, rodas de conversa e outras atividades voltadas à promoção da saúde da mulher. As ações buscarão promover informação, acolhimento e conscientização acerca das mudanças físicas, emocionais e sociais vivenciadas em cada etapa da vida, fortalecendo o protagonismo feminino no cuidado com a própria saúde e incentivando a adoção de práticas de autocuidado, hábitos de vida saudáveis, prevenção de doenças e promoção da saúde.

Além disso, poderão ser ofertadas Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), tais como reiki, auriculoterapia, ventosaterapia, terapias em grupo e outras práticas reconhecidas, com o objetivo de promover o bem-estar físico e emocional, reduzir os níveis de estresse e ansiedade, favorecer o equilíbrio biopsicossocial e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das servidoras.

2. Maternidade e Conciliação de Papéis

Serão desenvolvidas ações voltadas à saúde materna e às transformações físicas, emocionais e sociais vivenciadas pelas mulheres durante a gestação, o puerpério e as demais fases da maternidade. Também serão abordados outros temas relacionados ao universo materno, como o reconhecimento e a reconstrução da identidade da mulher após a maternidade, os desafios enfrentados nas diferentes etapas do desenvolvimento dos filhos, a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, a maternidade solo, a divisão equilibrada das tarefas de cuidado e a importância das redes de apoio para o fortalecimento e o bem-estar das mulheres.

Como estratégia de acompanhamento e acolhimento das servidoras gestantes, será criado um Grupo de Apoio às Gestantes, destinado ao acolhimento, orientação e acompanhamento das servidoras gestantes, sob a coordenação da equipe multiprofissional do SIASS. O grupo terá como finalidade proporcionar um espaço de escuta, troca de experiências e orientações relacionadas à gestação, ao parto, ao puerpério e aos cuidados com o recém-nascido.

No âmbito dessa iniciativa, serão ofertados dois cursos anuais, um em cada semestre, contemplando conteúdos teóricos e atividades práticas voltados à promoção da saúde materno-infantil. Durante os encontros, serão abordados temas como a importância do pré-natal, aleitamento materno, cuidados de higiene do bebê, cuidados com a saúde bucal da gestante e do recém-nascido, saúde mental durante a gestação e o puerpério, técnicas de primeiros socorros em situações de engasgo e outros acidentes domésticos, além de outros assuntos relacionados ao tema.

Com o objetivo de ampliar o cuidado oferecido às servidoras para além do período gestacional, após o nascimento da criança, a servidora poderá solicitar uma visita domiciliar da equipe multiprofissional de saúde do SIASS. A solicitação deverá ser encaminhada para o endereço eletrônico institucional do SIASS (siass@ifs.edu.br), ocasião em que serão fornecidas as orientações necessárias para o agendamento da visita. A visita terá como objetivo acompanhar o período puerperal, avaliar as necessidades da mãe e do recém-nascido e fornecer orientações relacionadas à saúde materna e aos cuidados

com o bebê, contribuindo para uma adaptação mais segura e acolhedora a essa nova etapa.

Além disso, reconhecendo os desafios emocionais frequentemente vivenciados pelas mulheres no retorno às atividades laborais após a licença-maternidade, poderá ser disponibilizado, mediante solicitação da servidora e a disponibilidade de profissional da instituição, um atendimento pontual de acolhimento e escuta qualificada realizado por psicólogo(a) e/ou assistente social. Essa intervenção tem caráter de apoio inicial, não se configurando como acompanhamento continuado, e tem como finalidade oferecer suporte à servidora nesse processo de transição, auxiliando na adaptação à rotina de trabalho e na conciliação entre as demandas profissionais e familiares.

Dessa forma, as ações propostas buscam oferecer apoio contínuo às mulheres ao longo da gestação, do puerpério e da maternidade, promovendo uma vivência mais segura, informada e acolhedora, contribuindo para a saúde, a qualidade de vida e o bem-estar da mulher, do bebê e de sua rede de apoio. Além disso, fortalecem o sentimento de pertencimento institucional, ao demonstrar o compromisso do IFS com o cuidado, o acolhimento e a valorização das mulheres em todas as etapas da maternidade.

3. Prevenção e Enfrentamento das Violências contra a Mulher

Esta vertente está alinhada à Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, do Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação (PFPEAD) e às normativas institucionais do Instituto Federal de Sergipe (IFS) relacionadas à promoção da saúde, à prevenção do assédio, da discriminação e da violência de gênero.

Partindo do entendimento de que a violência contra as mulheres, o assédio, a discriminação e o feminicídio decorrem de desigualdades estruturais de gênero, esta vertente desenvolverá ações voltadas à transformação de atitudes, comportamentos e práticas institucionais, promovendo uma cultura de respeito aos direitos humanos, de igualdade de gênero, de valorização da diversidade e de não tolerância à misoginia, ao assédio, ao feminicídio e a todas as formas de violência e discriminação contra as mulheres.

As ações desta vertente serão estruturadas em quatro focos de atuação: formação e capacitação, sensibilização, educação em saúde e acolhimento. Em cada um desses eixos, serão desenvolvidas estratégias permanentes voltadas à promoção dos direitos das mulheres, à prevenção do feminicídio, ao enfrentamento da violência de gênero, ao combate ao machismo estrutural, à promoção de relações interpessoais respeitosas, inclusivas e livres de discriminação, bem como ao cuidado com a saúde física, psicológica e emocional das mulheres.

Também buscarão incentivar o engajamento de toda a comunidade acadêmica, especialmente dos homens, como aliados na promoção dos direitos das mulheres e na prevenção da violência, reconhecendo que a construção de ambientes seguros, saudáveis e igualitários depende do compromisso coletivo.

Ações de formação e capacitação

Serão realizadas ações contínuas de formação e capacitação destinadas a gestores(as) e servidores(as), com foco na prevenção e no enfrentamento do assédio, da discriminação e das diferentes formas de violência contra as mulheres no ambiente de trabalho, contribuindo para o fortalecimento de uma cultura institucional pautada na equidade, na inclusão, no respeito e na valorização das mulheres em sua diversidade.

As formações, presenciais e/ou on-line, serão periodicamente atualizadas e abordarão temas como assédio moral e sexual, desigualdade de gênero, prevenção do feminicídio, machismo estrutural, misoginia, racismo, etarismo, capacitismo, LGBTfobia, diversidade, equidade e inclusão, direitos das mulheres, comunicação não violenta, escuta ativa, gestão humanizada, além das repercussões dessas condutas para a saúde física e mental e para a gestão institucional.

As capacitações também fornecerão subsídios para identificar, prevenir e intervir de forma segura em situações de violência e discriminação, bem como orientar a atuação conforme os fluxos institucionais de acolhimento e encaminhamento de denúncias.

As ações terão início com os(as) gestores(as), em razão do papel estratégico das lideranças na promoção de ambientes de trabalho seguros e

respeitosos, sendo posteriormente ampliadas aos(às) demais servidores(as), fortalecendo a corresponsabilidade institucional na prevenção das violências, do assédio e da discriminação e na promoção de relações de trabalho saudáveis, colaborativas e inclusivas.

Ações de sensibilização

Serão desenvolvidas ações educativas com o objetivo de ampliar a compreensão da comunidade do IFS sobre as diferentes formas de violência contra as mulheres, assédio e discriminação.

Nas ações serão abordados temas relacionados à equidade, diversidade, inclusão, violência de gênero, feminicídio, misoginia, direitos das mulheres e enfrentamento das diferentes formas de discriminação, contribuindo para a identificação precoce dessas situações e para a conscientização sobre seus impactos na saúde, na qualidade de vida e nas relações de trabalho.

As atividades serão destinadas à comunidade do IFS, com prioridade para os(as) servidores(as), as ações serão desenvolvidas por meio de palestras, campanhas educativas, rodas de conversa, oficinas, vídeos, cards e outros materiais educativos, utilizando metodologias participativas que estimulem a reflexão crítica, o engajamento coletivo e o fortalecimento de uma cultura institucional baseada no respeito, na equidade, na inclusão e na promoção de ambientes de trabalho e convivência seguros e livres de violência.

Ações de promoção da saúde e prevenção de riscos e agravos

As ações serão desenvolvidas na perspectiva da atenção integral à saúde da mulher, reconhecendo que o processo saúde-doença é influenciado por determinantes sociais, como raça/cor, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero e condições socioeconômicas, que impactam o acesso aos serviços, o cuidado e os desfechos em saúde. O objetivo é fortalecer o cuidado integral à saúde das servidoras do Instituto Federal de Sergipe, considerando os aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais ao longo do ciclo de vida.

Serão desenvolvidas ações contínuas de promoção da saúde, prevenção de riscos e agravos e incentivo ao autocuidado, voltadas às

servidoras do IFS, considerando suas diferentes especificidades, como mulheres negras, indígenas, idosas, com deficiência e LGBTQIA+. As iniciativas incluirão espaços de acolhimento, escuta qualificada, rodas de conversa, grupos reflexivos e outras estratégias de promoção da saúde física, mental e do bem-estar, com o objetivo de fortalecer as redes de cuidado, estimular o protagonismo e o sentimento de pertencimento institucional, além de contribuir para a prevenção do adoecimento, a melhoria da qualidade de vida e a redução do absenteísmo relacionado às condições de saúde.

Ações de acolhimento

As ações de acolhimento têm como objetivo oferecer às servidoras um espaço seguro, ético e humanizado de escuta qualificada, orientação e apoio diante de situações que impactem sua saúde física, mental e emocional, especialmente aquelas relacionadas à desigualdade de gênero, ao assédio e à discriminação.

O acolhimento será realizado, pela equipe multiprofissional do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), em articulação com o Comitê Gestor do Programa de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação e com a Rede de Acolhimento institucional, observando os princípios da confidencialidade, do respeito, da autonomia, da escuta ativa e da não revitimização, bem como os fluxos institucionais estabelecidos.

Espera-se fortalecer a rede institucional de acolhimento e cuidado, promovendo um ambiente de trabalho mais seguro, respeitoso, inclusivo e comprometido com a promoção da saúde, da dignidade e da equidade de gênero.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Ao término de cada ação desenvolvida no âmbito do projeto, será realizada uma avaliação com as participantes, utilizando-se, conforme a natureza da atividade, questionários de avaliação e/ou roda de conversa ao final do evento/encontro. Esse momento terá como objetivo oportunizar às servidoras a manifestação de suas percepções, sugestões, críticas e necessidades, contribuindo para o aperfeiçoamento contínuo das ações ofertadas.

As observações e contribuições apresentadas pelas participantes serão registradas pela equipe do SIASS e analisadas em reuniões de avaliação, nas quais serão discutidos os aspectos positivos, as dificuldades encontradas e as oportunidades de melhoria. Os resultados dessas avaliações subsidiarão o planejamento das ações subsequentes, possibilitando sua adequação às necessidades, expectativas e à realidade das servidoras.

Além das avaliações realizadas após cada ação, será elaborado, anualmente, um relatório consolidado contendo os temas abordados, as atividades e os atendimentos realizados, o quantitativo de participantes, os principais resultados alcançados, as dificuldades identificadas durante a execução do projeto, as avaliações das participantes e as melhorias implementadas a partir desse processo. Dessa forma, o projeto permanecerá em constante processo de avaliação e atualização, favorecendo seu aprimoramento contínuo e garantindo maior efetividade, qualidade e alinhamento às demandas das servidoras do Instituto Federal de Sergipe.

RECURSOS NECESSÁRIOS:

- ✓ Equipe do SIASS;
- ✓ Profissionais convidados para as palestras;
- ✓ Profissionais voluntários para atendimento;
- ✓ Profissionais para as práticas integrativas;
- ✓ Espaço físico para atendimento;
- ✓ Espaço físico para os eventos;
- ✓ Parcerias com instituições de ensino e planos de saúde para atendimento;
- ✓ Materiais para as práticas integrativas;
- ✓ Lanches;
- ✓ Web site e redes sociais para divulgação;
- ✓ Transporte oficial.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. p. 82.
2. Organização Mundial da Saúde. **Carta de Ottawa para promoção em saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 1986. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf. Acesso em 28 de agosto de 2025.
3. PIOSIADLO, Laura Christina Macedo; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa; GESSNER, Rafaela. **Subalternidade de gênero: refletindo sobre a vulnerabilidade para violência doméstica contra a mulher**. Escola de Enfermagem Anna Nery, v.18, n.4, 2014, p. 728-733.
4. Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil. **Fórum Nacional de Mulheres Trabalhadoras das Centrais Sindicais**. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2017/doc/03mar16_Documento_Oficina_logo_Centraais.pdf. Acesso em 01 de dezembro de 2025.
5. AQUINO, Estela Maria L; MENEZES, Greice Maria de S; MARINHO, Lilian Fatima B. **Mulher, Saúde e Trabalho no Brasil: Desafios para um novo agir**. Rio de Janeiro: Cad. Saúde Pública, 11 (2): 281-290, abr/jun, 1995.
6. DAMASCENO, Lóise Vianna. **A influência do trabalho na saúde da mulher: uma revisão de literatura**. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/21765/TM3%202020-1%20Loise%20Viana%20Damasceno.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 01 de dezembro de 2025.
7. BRASIL. Ministério das Mulheres. **Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios. Brasília, DF: Ministério das Mulheres, 2024**. Disponível em: https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes/PactoNacionaldePrevencaoaosFeminicidios_MMulheres_ONUMulheres.pdf. Acesso em: 15 junho de 2026.
8. BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação na Controladoria-Geral da União**. Brasília, DF: Controladoria-Geral da União, 2025.

Disponível

em:

<https://basedeconhecimento.cgu.gov.br/server/api/core/bitstreams/d34645de-e627-48a0-8f2f-ea2469ff8a2d/content>. Acesso em: 09 de Junho de 2026.

9. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Cadernos de Atenção Básica-n.º17 Saúde Bucal**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.
10. AGUIAR, João Eduardo Andrade Tavares et al. **Perfil da mortalidade de mulheres em idade fértil por causas naturais no estado de Sergipe: um estudo retrospectivo**. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revistadc/article/view/164708>. Acesso em 01 de julho de 2026.